

Mensagem ao Conselho Português para a Paz e a Cooperação¹

1. – Nesta *Europa do capital*, uma Europa à deriva, empobrecida e humilhada, talvez só o que resta do estado-providência permita explicar que o Velho Continente vá sobrevivendo, até hoje, sem graves convulsões sociais, apesar do desemprego crescente, do aumento do número de pobres (e de *pobres que trabalham*), da redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores, do agravamento das desigualdades.

O empenhamento cego de todos os servidores do neoliberalismo e de todos os crentes do *deus-mercado* em anular por completo os direitos que os trabalhadores europeus foram conquistando ao longo dos quase duzentos e cinquenta anos que levam de capitalismo (e de lutas contra ele) lembra a história trágica do aprendiz de feiticeiro. Estará a Europa condenada a deixar-se imolar de novo pelo fogo ateados pelos interesses imperialistas? Oxalá esta não passe de uma simples hipótese teórica.

Mas o *estado capitalista* aí está, disposto, como sempre, a fazer o que for necessário para cumprir a sua missão natural: defender “os interesses dos ricos contra os pobres, os interesses dos que têm alguma coisa contra os que não têm coisa nenhuma” (Adam Smith). E ele, bem o sabemos, tem feito coisas horríveis.

Independentemente da aceitação ou rejeição das teses que entendem que a *Grande Depressão* de 1929-1933 só foi ultrapassada graças à guerra, é inegável que o mundo se viu mergulhado, após ela, num período de guerras: a 2ª Guerra Mundial e várias guerras posteriores, mais ou menos mundiais, que marcaram o período da *guerra fria*.

Esperemos que não se repita a barbárie a que o capitalismo, acossado pelo vendaval da Grande Depressão, submeteu a Humanidade. A verdade é que o reforço do orçamento militar dos EUA (700 a 800 mil milhões de dólares por ano durante o período da Administração Obama) não tem conseguido reanimar a economia, que, em finais de 2012, continua a ‘produzir’ 23 milhões de desempregados.

Isto porque – defendem os especialistas –, nas condições atuais, dada a dimensão do orçamento militar americano (muito diferente do escasso volume de despesas militares dos EUA antes do início da Segunda Guerra Mundial e da entrada direta dos EUA no conflito), não é viável um grande aumento em termos percentuais, o que poderá significar

¹ Texto lido na reunião de 22 de abril de 2017, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia da Paz.

que não é através das despesas militares que o aumento da despesa pública pode contribuir para a recuperação económica e para a criação de emprego.

Acresce que o material militar mobiliza hoje tecnologias altamente sofisticadas (muito mais evoluídas das que as utilizadas no último conflito mundial e durante a guerra fria), pelo que a sua produção utiliza pouca mão-de-obra e a sua utilização nos palcos de guerra não exige grandes efetivos militares. Os mísseis, os aviões não tripulados, os navios robots, os satélites telecomandados e os radares fazem o trabalho por si, contabilizando-se nos cinicamente chamados *efeitos colaterais* as centenas de milhares de mortos civis e a destruição de riqueza provocados por estes instrumentos de guerra.

Não podemos esquecer, porém, que o período da *segunda onda de globalização* (1870-1914), que Lenine caracterizou como a fase do *imperialismo*, terminou com duas guerras mundiais provocadas por conflitos inter-imperialistas. E a situação atual, no quadro desta *terceira onda de globalização* que se iniciou nos meados dos anos setenta do século XX, apresenta semelhanças estruturais com o período analisado por Lenine:

a) no que toca ao desenvolvimento científico e tecnológico (revolução dos conhecimentos e das tecnologias relativas à informática, às telecomunicações, aos transportes, que tornam o mundo mais pequeno e provocam a ampliação e a unificação do mercado);

b) no que se refere aos movimentos de capitais, à predominância do capital financeiro sobre o capital produtivo, à concentração empresarial, à ‘ocupação’ do mundo pelas grandes potências capitalistas (com as multinacionais na primeira linha, mas com a força militar sempre presente, como realidade ou como ameaça) e à coordenação bastante centralizada dos negócios do capital (FMI, Banco Mundial, OMC, G8, G20, Comissão Trilateral, *Forum* de Davos...);

c) no que respeita à exportação de capitais: em 1904 o total de ativos financeiros em circulação correspondia a 20% do PIB mundial e a quase 60% do PIB dos países capitalistas dominantes e exportadores de capitais; de 1970 até aos nossos dias, a exportação de capitais, através do investimento direto estrangeiro, aumentou exponencialmente: de cerca de 30 mil milhões de dólares na década de 1970 para cerca de 850 mil milhões de dólares no início do terceiro milénio.

Para além deste paralelismo, não faltam outros sinais preocupantes.

A NATO, que, no tempo da ‘guerra fria’ se dizia ser necessária para defender o ‘mundo livre’ da ameaça do Pacto de Varsóvia (constituído, aliás, seis anos depois da NATO...), e que, de todo o modo, como o nome indica, se devia ocupar do Atlântico

Norte, integrou o Mediterrâneo no Atlântico Norte e alargou o Atlântico Norte até ao Afeganistão, talvez para não ‘perder o emprego’, porque, entretanto, o Pacto de Varsóvia desapareceu.

Transformada sem qualquer disfarce em instrumento de domínio imperialista à escala global, a NATO vem atuando à margem do Direito Internacional, por imposição dos EUA, com a cumplicidade da União Europeia e perante a impotência da ONU.

Uma *Comissão Independente para a Investigação dos Crimes de Guerra dos Estados Unidos e da NATO contra o Povo da Jugoslávia* – presidida pelo antigo Secretário da Justiça dos EUA, Ramsey Clark – publicou há cerca de um ano um Relatório em que acusa abertamente a NATO e os seus dirigentes máximos de verdadeiros *crimes contra a Humanidade*. Crimes que vão ficar impunes, porque o Tribunal Penal Internacional não julga criminosos de nacionalidade americana nem outros criminosos oriundos de ‘tribos’ amigas.

2. – Em finais de maio/2010, o Presidente da Alemanha foi obrigado a renunciar ao cargo porque, numa intervenção pública, revelou que os militares alemães combatiam no Afeganistão e em outros palcos para defender os interesses da Alemanha como potência económica dependente das exportações, em especial “para defender rotas comerciais ou impedir focos de instabilidade regional, que seguramente teriam impacto negativo no comércio, nos postos de trabalho e nos rendimentos [dos alemães]”.

O Presidente Horst Köhler não mentiu, mas cometeu a imprudência (o ‘crime’) de ter dito a verdade (uma *verdade inconfessável...*), tornando claro, além do mais, que a política externa da Alemanha não respeita os normativos constitucionais. Os partidos do ‘arco do poder’ não perdoaram o deslize do Presidente, que teve de deixar a Presidência.

Acresce que o carácter predador do crescimento económico capitalista tem vindo a provocar a escassez (não reversível) de bens essenciais à vida (a água, os solos, as florestas), mas também de matérias-primas e de produtos energéticos (petróleo e gás natural). E este fenómeno, que produziu já um surto especulativo sobre produtos alimentares (em especial dos que podem ser usados na produção de biodiesel), matérias-primas e petróleo (com o perigoso aumento dos respetivos preços, no início de 2008), tem vindo a acentuar a pressão com vista ao controlo dos países do Médio Oriente (incluindo a Líbia) e das rotas de transporte do petróleo e do gás natural, num quadro em que afloram por vezes contradições potencialmente explosivas entre as potências dominantes.

Após o *tsunami* que tão duramente atingiu o Japão, a questão energética e os conflitos a ela associados vão ganhar ainda mais importância, perante a visibilidade acrescida dos riscos da solução nuclear e o abandono das centrais nucleares (caso da Alemanha e, provavelmente, também do Japão).

Os países africanos produtores de matérias-primas estratégicas (para a indústria militar, para as telecomunicações) e todos os que se encontram nestas circunstâncias estão a ser especialmente ‘marcados’ pelos EUA e pelos seus aliados/concorrentes. Eles são alvos potenciais da agressão militar do imperialismo.

Os círculos dirigentes dos EUA parecem acreditar na ideia de que, na síntese de um almirante americano, é “do melhor interesse dos Estados Unidos ter um grande inimigo”, qual papão inventado para justificar, junto da opinião pública, a militarização da economia e da política americanas e o eventual recurso à guerra contra tal ‘inimigo’. *Grande inimigo* poderá ser o Irão? Ou terá que ser a China, que é hoje o maior credor dos EUA (cuja dívida se aproxima de um valor igual ao do PIB norte-americano)? A verdade é que os EUA, por vezes instrumentalizando a NATO, vêm procurando estabelecer ou consolidar parcerias estratégicas com o Japão, com a Índia, com o Paquistão, com a Indonésia, com as Filipinas, com a Austrália. Em novembro/2011 Obama tornou público, na Austrália, que a primeira prioridade dos EUA é hoje o reforço da presença e do poder militar americano na zona da Ásia-Pacífico, ao mesmo tempo que anunciou a criação de uma base militar permanente em Darwin, no norte do continente australiano.²

² Dão que pensar as informações e reflexões publicadas recentemente por Paul Craig ROBERTS (http://www.paucraigroberts.org/2012/07/08/the_collapsing_us_economy_end_world). Este antigo membro da Administração Ronald Reagan fala diretamente da possibilidade de um confronto militar dos EUA com a Rússia e a China, em resultado da “ambição americana de hegemonia mundial”. “Washington tem estado em guerra desde outubro de 2001, quando o presidente G. W. Bush cozinhou um pretexto para ordenar a invasão do Afeganistão, (...) e cozinhou novo pretexto para ordenar a invasão do Iraque em 2003”. Para além disso, os EUA “conduzem operações militares à margem do direito internacional no Paquistão, no Iémen e na África, organizaram a destituição do Governo da Líbia através de um conflito armado, trabalham na destituição do Governo sírio e continuam a acumular forças militares contra o Irão”.

P. C. Roberts chama também a atenção para outros projetos imperialistas, ainda mais graves do que os acabados de referir: “Washington começou a cercar a Rússia de bases militares e iniciou o cerco à China, (...) anunciou que o grosso das suas forças navais será desviado para o Pacífico nos próximos anos e está a tratar de restabelecer a base naval nas Filipinas, construir uma nova numa ilha sul-coreana, adquirir uma base naval no Vietnã e bases aéreas algures na Ásia, (...) tenta comprar na Tailândia, através da corrupção habitual, uma base aérea utilizada na Guerra do Vietnã.” Referindo-se ao propósito de Washington de “organizar a guerra contra o Irão, a Rússia e a China”, P. C. Roberts entende que os EUA estão a tornar-se “um elemento isolado e desprezado da comunidade internacional”. Washington – continua o autor – “comprou a Europa, o Canadá, a Austrália, o antigo estado soviético da Geórgia (e quase a Ucrânia) e a Colômbia, e continua a tentar comprar o mundo inteiro, mas a opinião pública está a virar-se contra o estado da crescente Gestapo que se revelou sem lei, impiedoso e indiferente ou mesmo hostil à vida humana e aos direitos humanos.”

As coisas podem complicar-se muito mais porque a economia americana não tem hoje forças para manter este estatuto de potência hegemónica. “A Rússia, a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul

É provável que o desejo de complicar a vida à China esteja por detrás dos planos americanos para dominar todo o Médio-Oriente.

Em 2.3.2007, entrevistado pela jornalista Amy Goodman, o General Wesley Clark deu ao mundo esta notícia: dez dias antes dos ataques às Torres Gêmeas de Nova Iorque (11SET2001), as invasões do Iraque, da Líbia e de outros países do Médio Oriente estavam já planeadas. E, numa conferência em São Francisco (3.10.2007), o General relata que, em visita ao Pentágono uns dias antes, foi informado de que os EUA iam atacar o Iraque. Tendo perguntado porquê, o seu interlocutor respondeu: “não sabemos”. Questionado pelo General, esclareceu que não tinha sido estabelecida qualquer ligação entre Saddam Hussein e o ataque às torres gêmeas.³

Segundo ele próprio informa, seis semanas mais tarde Wesley Clark voltou ao Pentágono, onde teve conhecimento de que os EUA iriam atacar e destruir os governos de sete países em cinco anos, começando pelo Iraque e continuando na Síria, Líbano, Líbia, Somália, Sudão e Irão. Comentário do General: “Eu não podia acreditar que fosse verdade, mas foi o que se passou.” Foi então que se recordou – diz ele – de uma reunião que tinha tido em 1991 com Paul Wolfowitz (na altura o número 3 na hierarquia do Pentágono), durante a qual este lhe tinha comunicado: “temos cinco ou dez anos para limpar todos os regimes favoráveis à ex-União Soviética, a Síria, o Irão, o Iraque, antes que surja a próxima superpotência que venha desafiar-nos.”

O General Clark conclui que os animadores do *Project for the New American Century* (Cheney, Rumsfeld, Wolfowitz e outros) queriam que o Médio Oriente fosse

preparam um acordo no sentido de abandonarem o USdólar como moeda de pagamentos internacionais entre si.” E P. C. Roberts explica os motivos da sua preocupação: “O governo chinês, mais inteligente que o americano, responde às ameaças militares de Washington seduzindo os dois aliados-chave dos EUA na Ásia. Como a economia chinesa é agora tão importante como a dos EUA e assenta em bases bastante mais firmes, e como o Japão tem agora mais comércio com a China do que com os EUA, a sedução é atraente. Além disso, a China está próxima e Washington está longe e a afogar-se na sua presunção.”

Não há dúvida de que as nuvens se adensam. Muitos de nós tínhamos esta informação e fazíamos dela uma leitura idêntica. O que é significativo é que um homem que partilhou responsabilidades políticas com Reagan esteja agora tão assustado com o que vê, que não resiste à necessidade de avisar o mundo dos perigos que corremos. A sua conclusão é perturbante: “A única perspectiva de Washington para perseverar em tal aventura é o uso primeiro das armas nucleares, apanhando de surpresa os demonizados adversários desprevenidos com bombardeamentos de surpresa. (...) É este o programa de Washington, revelado pelo militarista Bill Kristol, que não teve vergonha de fazer em público esta pergunta: ‘para que serve o armamento nuclear, se não o podemos utilizar?’”

³ Com inteira razão (e, por certo, com informação privilegiada), Joseph Stiglitz (*O Poder...*, cit., 171) põe a nu a verdadeira razão do crime cometido contra o povo do Iraque (verdadeiro *crime contra a Humanidade*, daqueles que o Tribunal Penal Internacional não julga!): “O estímulo do petróleo (e porventura os lucros enormes que iriam para os devotos de Bush, incluindo a Halliburton Corporation do Vice-Presidente Richard Cheney) parece uma explicação muito mais plausível para a Guerra do Iraque do que a oficial determinação de Bush em derrubar um ditador.” [e eu que julgava que a razão da guerra foi a ameaça de armas químicas...]

desestabilizado e colocado sob o controlo dos EUA. E fala, a este propósito, de “golpe de estado político”, porque estes planos são desenvolvidos à margem dos representantes eleitos para os órgãos do estado, em detrimento do estado democrático, pelos serviços secretos, que acusa de colaborarem com grupos terroristas (entre os quais a Al-Qaeda), que ajudam a criar, apoiam e financiam.⁴

Tendo presente estas informações, compreende-se que o orçamento militar dos EUA não tenha cessado de aumentar, atingindo o valor mais alto de sempre sob a Administração de Obama/Prémio Nobel da Paz, absorvendo mais de 4% do PIB americano, o que corresponde a pelo menos 50% das despesas militares à escala mundial. A continuação de um forte envolvimento militar no Afeganistão e a busca incessante de um novo palco de guerra no Irão (depois da intervenção militar na Líbia e da guerra disfarçada contra a Síria) podem ser um indicativo de que, mais uma vez, os interesses dominantes da oligarquia americana e dos seus aliados (na Europa e no resto do mundo) podem ceder à tentação (ou à miragem) de contornar a crise e curar as feridas provocadas pelo capitalismo através do aumento das despesas militares, aumento que só a guerra pode justificar.

Neste contexto, a atribuição do Prémio Nobel da Paz/2012 à União Europeia surge como um episódio grotesco e mal-são, colocando a UE ao lado de Menahem Begin e de Kissinger na galeria dos *Prémio Nobel da Guerra*. Talvez a decisão se deva ao facto de a exportação de armamento pelos países da UE (à frente dos quais a França, o RU, a Alemanha, a Itália e a Espanha) ter aumentado 18,3% de 2010 para 2011, tendo atingido neste último ano o valor mais alto de sempre (37,5 mil milhões de euros).⁵

3. – Temos de fazer deste tempo de grandes contradições e de grande desespero um tempo que seja também tempo de esperança. A vida mostra que o homem não deixou de ser o lobo do homem. Mas os ganhos de produtividade resultantes da revolução científica e tecnológica que tem caracterizado os últimos duzentos anos de vida da humanidade dão-nos razões para acreditar que podemos construir um mundo de

⁴ O General Wesley Clark não é um ‘infiltrado’ do *império do mal*: ele foi comandante supremo das forças da NATO na Europa e comandante-chefe de todas as actividades militares americanas na Europa, África e Médio Oriente. Os dados referidos foram colhidos em <http://news2.reopen911.info/2011/10/18>.

⁵ Dados constantes de um Relatório tornado público pelo Conselho Europeu em 14.12.2013 (referidos em *Avante!*, 7.2.2013). Tem razão Perry Anderson: “Em vez de ser um santuário dos direitos humanos”, a União Europeia “está ligada a atos de terrorismo e de ocupação, sem que os seus mais ilustres representantes sobre isso digam qualquer palavra.”

cooperação e de solidariedade, um mundo capaz de responder satisfatoriamente às necessidades fundamentais de todos os habitantes do planeta.

A ideologia dominante apresenta sistematicamente a *globalização neoliberal* como uma pura consequência ‘mecânica’, inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico (tão inevitável como o facto de o sol nascer todos os dias). Eu entendo que ela é antes um *projeto político*, concebido e levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da *ideologia dominante*, o totalitarismo do *pensamento único* assente nos dogmas do *neoliberalismo*.

À luz deste entendimento, é claro que a revolução científica e tecnológica não pode ser confundida com a globalização nem pode ver-se nesta o resultado inevitável daquela.

É verdade que nos primeiros tempos da revolução industrial os operários viram nas máquinas o seu ‘inimigo’ e por isso as destruíram e sabotaram. Cedo compreenderam, porém, que o seu inimigo de classe nunca poderiam ser as máquinas, mas uma outra classe social. Ninguém de bom senso e de boa fé pode cometer hoje o mesmo erro, considerando que a origem dos nossos males está na revolução científica e tecnológica. Seria imperdoável que o fizéssemos.

O que está mal na globalização atual não é, pois, a revolução científica e tecnológica que torna possíveis alguns dos instrumentos da ‘política neoliberal globalizadora’, mas o *neoliberalismo* que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, cada vez mais os interesses da pequena elite do grande capital financeiro-especulador.

A crítica da *globalização neoliberal* não pode, pois, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer ‘paraíso perdido’, negador da ciência e do progresso. Porque o desenvolvimento científico e tecnológico é *o caminho da libertação do homem*.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários, empenhados em evitar uma nova era de barbárie, têm de ser capazes de pôr de pé um *projeto político alternativo*, que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, um projeto inspirado em valores e empenhado em objetivos que “os mercados” não reconhecem nem são capazes de prosseguir, um projeto que rejeite a lógica determinista que nos quer impor, como inevitável, *sem alternativa possível*, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Esta é, a meu ver, a equação correta para compreender o capitalismo dos nossos tempos, as suas forças e as suas fraquezas.

Apesar da ‘ditadura global’ que caracteriza este tempo de hegemonia unipolar e de pensamento único, é preciso aproveitar as brechas que se vão abrindo na fortaleza do capitalismo globalizado. “Os que protestam contra a globalização – escrevia *The Economist*, de 23.9.2000 – têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos.”

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

Acresce que, perante as contradições desencadeadas pela própria globalização neoliberal, eu entendo, com István Mészáros, que a globalização, saudada pelos defensores do sistema como a solução para os seus problemas, “aciona forças que colocam em relevo não somente a incontabilidade do sistema por qualquer processo racional, mas também, e ao mesmo tempo, a sua própria incapacidade de cumprir as funções de controlo que se definem como sua condição de existência e legitimidade.” O capitalismo globalizado pelo grande capital financeiro ganhou força, por um lado. Mas as suas contradições e as suas debilidades estão sujeitas aos efeitos tão bem traduzidos na velha máxima segundo a qual *maior a nau, maior a tormenta*.

Neste tempo de crise estrutural do capitalismo (o capitalismo assente no *crime sistémico*), os trabalhadores da Europa, dos EUA e de todo o mundo hão-de compreender a urgência de *transformar o mundo*, começando por mudar as políticas levadas a cabo nas últimas três ou quatro décadas pelo *estado capitalista*, cuja *natureza de classe* talvez em nenhum outro período da história do capitalismo tenha sido tão evidente como hoje.

Para sairmos desta caminhada vertiginosa para o abismo, é necessário evitar que o mercado substitua a política, que as ‘leis do mercado’ se sobreponham aos normativos constitucionais e que o estado democrático ceda o lugar a um qualquer estado tecnocrático.

Aos universitários e aos intelectuais em geral cabe, como cidadãos, como universitários e como intelectuais, uma responsabilidade enorme nas lutas a travar, tanto

no que se refere ao *trabalho teórico* (que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervir sobre ela) como no que respeita à *luta ideológica* (que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas), porque a *luta ideológica* é, hoje mais do que nunca, um fator essencial da luta política e da luta social (da luta de classes).

É um trabalho longo e difícil. Vale a pena fazê-lo acompanhados da música de Chico Buarque, que, em tempos de ditadura, sonhava e cantava o seu “sonho impossível”, porque acreditava nele e nos apontava o caminho: “Lutar, quando é fácil ceder / (...) Negar, quando a regra é vender / (...) E o mundo vai ver uma flor / Brotar do impossível chão.”

4. – Sabemos que o desenvolvimento científico e tecnológico que veio com a civilização burguesa proporcionou um aumento meteórico da capacidade de produção e da produtividade do trabalho humano, criando condições mais favoráveis ao progresso social. Este desenvolvimento das forças produtivas (entre as quais avulta o próprio homem, como criador, depositário e utilizador do conhecimento) só carece de novas relações sociais de produção, de um novo modo de organizar a nossa vida coletiva, para que possamos alcançar o que todos buscam: a felicidade.

Mas também sabemos que as mudanças necessárias não acontecem só porque nós acreditamos que é possível um mundo melhor: o voluntarismo e as boas intenções nunca foram o ‘motor da história’. Essas mudanças não-de verificar-se como resultado das leis de movimento das sociedades humanas. Mas os povos organizados podem acelerar o movimento da história e podem ‘fazer’ a sua própria história, dispondo-se à luta para tornar o sonho realidade. E se *o sonho comanda a vida, a utopia ajuda a fazer o caminho*.

É fundamental, porém, não esquecer a lição de António Gedeão no belíssimo poema cantado por Manuel Freire. O sonho “é tela, é cor, é pincel, base, fuste ou capitel, arco em ogiva, vitral, pináculo de catedral, contraponto, sinfonia, máscara grega, magia (...), florete de espadachim, bastidor, passo de dança, Colombina e arlequim” – tudo criações do homem. Mas é também “retorta de alquimista, rosa dos ventos, infante, caravela quinhentista, é cabo da Boa Esperança (...), passarola voadora, pára-raios, locomotiva, barco de proa festiva, alto forno, geradora, cisão do átomo, radar, ultra-som, televisão, desembarque em foguetão na superfície lunar”.

Este é o sonho alimentado pelo desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade. Este é *o sonho que comanda a vida*, porque sempre que os homens sonham um sonho assim “o mundo pula e avança”, no sentido da libertação do homem. A

globalização neoliberal não é o fruto necessário do desenvolvimento científico e tecnológico, é apenas uma utilização perversa dele, tal como a bomba atômica é uma utilização perversa do desenvolvimento científico na área da Física nuclear.

O direito ao sonho e à utopia tem hoje mais razão de ser do que nunca. Afinal, o desenvolvimento científico e tecnológico tem vindo a confirmar a utopia marxista: a humanidade há-de um dia saltar do *reino da necessidade* para o *reino da liberdade*.

5. – A situação atual na Europa – digo-o com Ulrich Beck – caracteriza-se pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.” É o retrato da *Europa do euro*, da *Europa que fala alemão*.

Não quero ser pessimista, mas a verdade é que a persistência da UE (disfarçada de *troika*, actuando como tal ou como BCE ou envergando a farda dos *credores* na guerra contra os *devedores*) nas *políticas de austeridade* que estão a arruinar a economia dos *países devedores* e a minar a sua soberania, bem como a insolência com que os governantes dos *países do norte* vêm enxovalhando a dignidade dos *países do sul*, têm todas as características de uma verdadeira guerra.

Porque é de ‘guerra’ que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, ‘castigando-os’ em público com ‘penas infamantes’ e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos ‘catecismos’ neoliberais impostos pelo grande capital financeiro. Acompanho mais uma vez o sociólogo alemão que há pouco referi: “os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da EU”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional.” Até quando os povos vão aceitar as ofensas à sua dignidade?

Concordo com os que consideram o chamado *Tratado Orçamental* constitui um verdadeiro “golpe de estado europeu” (J.-M. Jennar), que, sob a capa de soluções ‘técnicas’, dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados *povos do sul* e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes. Os ‘colonizados’ vão ficar quietos e calados?

Pode estar em perigo a paz na Europa. Jean-Claude Juncker tem razão, por uma vez, quando diz (entrevista a *Der Spiegel*, 10.3.2013) que “está completamente enganado quem acredita que a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os

demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo.”

A *Europa alemã* está a levar demasiado longe a sua arrogância e a sua desumanidade para com os *povos do sul*. Em entrevista ao *Guardian* (16.7.2015), Jürgen Habermas defende que o governo da Sr^a Merkel, ao impor a Tsipras a *rendição incondicional*, praticou um “ato de punição” contra o governo do Syriza e contra o povo grego. E acrescenta: “o governo alemão, incluindo a sua facção social-democrata, (...) revelou-se desavergonhadamente como o disciplinador-chefe da Europa e pela primeira vez pediu abertamente uma hegemonia alemã na Europa”, o que justifica o temor do filósofo alemão de que este gesto “tenha deitado fora numa noite todo o capital político que uma Alemanha melhor acumulou ao longo de meio século.”

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida de si mesma e perdida na História, está, com razão, a assustar muita gente. Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa.” E a verdade é que é uma *Europa destruída* a que temos hoje, como se tivesse acabado de sair de uma guerra particularmente destruidora: uma Europa que não consegue garantir emprego a pelo menos ¼ dos seus jovens, uma Europa em que uma em cada quatro pessoas corre risco de pobreza e de exclusão social (dados de um Relatório da ONG Oxfam, publicado em Londres no dia 8.9.2015). Sem querer ser agoirento, creio que vale a pena recordar aqui, uma vez mais, este alerta de Joschka Fischer (antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros): “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez.” Dá que pensar.

Já o escrevi mais do que uma vez: a História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Para evitar o regresso da barbárie, é essencial que preservemos a memória. E é fundamental que todos tiremos todas as consequências das lições da História e que não demos tréguas ao “cesarismo amnésico” (Serge Halimi) que por aí campeia.

O mal-estar cresce por toda a Europa. “Nos países mediterrânicos – escreve Wolfgang Streeck –, e em certa medida na França, a Alemanha é hoje mais detestada do que nunca desde 1945.” A verdade é que até o Primeiro-Ministro italiano anunciou a sua preocupação: “Eu digo à Alemanha: basta! Humilhar um parceiro europeu é impensável.” É impensável, mas aconteceu. E com a sua conivência, Sr. Mateo Renzi... Na França, foi

o secretário-geral do PS francês que escreveu e tornou pública uma carta aberta ao povo alemão, de que os jornais deram conta, em que propõe que a Alemanha repense o seu lugar na Europa. Escreve ele: “A Europa, meu querido amigo, não entende a obstinação do vosso país em seguir o caminho da austeridade. Será que o vosso país esqueceu o apoio dado pela França depois daqueles crimes atrozes cometidos em vosso nome? (...) A França e a Europa deixaram a Alemanha tornar-se a potência que é hoje. (...) Mas, querido amigo, a Alemanha tem de se organizar e depressa.” Antes que seja demasiado tarde, digo eu.

6. – Dito isto, é fundamental, creio eu, ter sempre presente que as questões em aberto não se resolvem diabolizando a Sr^a Merkel ou pondo bigodes à Hitler nos seus retratos. É certo que o regresso da *Grande Alemanha* parece ameaçar de novo os povos da Europa, secularmente martirizados e dizimados por guerras que não são as suas. E o regresso da extrema direita fascistóide (na Hungria, na Polónia, na Finlândia e na Ucrânia já está no governo...) mostra que as chamadas democracias ocidentais nunca mais aprendem a história do aprendiz de feiticeiro. Porque, enquanto democracias burguesas, elas servem sempre os setores dominantes das classes dominantes. E o setor dominante do grande capital é hoje o grande capital financeiro, que ganhou supremacia relativamente às atividades produtivas, produziu a ideologia neoliberal e tornou o mundo dependente dela, para seu proveito.

O que está em causa, verdadeiramente, é a *ditadura do grande capital financeiro*. O grande capital financeiro e a sua ‘ditadura’ é que devem ser os alvos prioritários do nosso combate, no quadro da *luta de classes*, que a crise aberta em 2007/2008 agudizou e tornou transparente aos olhos de todos, evidenciando as contradições de um sistema económico e social que hoje só sobrevive à custa do agravamento (que começa a tornar-se insuportável) da exploração dos trabalhadores, numa demonstração clara da crescente dificuldade em manter o estatuto e as ‘rendas’ das classes dominantes.

Este é um combate a que não podemos fugir.